Secretaria da Saúde

RESOLUÇÃO SS Nº 57, DE 27 DE MARÇO DE 2025

Regulamenta, no âmbito da Pasta, a Unidade de Acolhimento Residencial Terapêutico Transitório (UARTT), instituída pelo inc. VIII, artigo 2º do Decreto nº. 68.287, de 28 de dezembro de 2023, e pelo inc. VIII do art. 4º do Decreto nº. 67.642, de 10 de abril de 2023, para Pessoas com Necessidades Relacionadas à Dependência Química em Cenas Abertas de Uso, que estejam em situação de vulnerabilidade e risco social no âmbito estadual.

O Secretário da Saúde do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando:

- a Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;
- o Anexo V da Portaria de Consolidação MS/GM nº 03/2017, que dispõe sobre a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), instituído pela Lei Federal nº. 11.343, de 23 de agosto de 2006, com as alterações introduzidas pela Lei federal nº. 13.840, de 05 de junho de 2019;
- o Decreto Estadual nº 67.642, de 10 de abril de 2023, que regulamenta a Lei Estadual nº 17.183, de 18 de outubro de 2019, que institui a Política Estadual sobre Drogas;
- que a cidade de São Paulo concentra um dos maiores contingentes de usuários de crack, em cena aberta, da América Latina;
- que o tratamento da dependência química associado à alta vulnerabilidade social é um processo que necessita de amplas intervenções em saúde e desenvolvimento social, incluindo trabalho, justiça, renda e moradia;
- a necessidade de oferta de novas alternativas em tratamento gratuito para pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, além da ampliação das já existentes, a fim de atender às diferentes demandas de tratamento para o público-alvo;
- o Decreto estadual nº 68.287, de 28 de dezembro de 2023 que trata do Complexo de Cuidados às Pessoas com Necessidades Relacionadas à Dependência Química em Cenas Abertas de Uso – CCDQ, e que em seu art. 3º atribui à Secretaria da Saúde, por meio de suas unidades responsáveis, promover a adoção e implementação das providências necessárias à implantação dos serviços a serem prestados pelo Complexo de Cuidados às Pessoas com Necessidades Relacionadas à Dependência Química em Cenas Abertas de Uso.
- a Resolução SS nº 15, de 25 de janeiro de 2025, que institui a Linha de Cuidado Integral a Adultos com Necessidades Relacionadas ao Uso de Crack, Álcool e Outras Drogas em Cenas Abertas, no âmbito do Estado de São Paulo.

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar, nos termos preconizados pelo art. 3º do Decreto estadual nº. 68.287, de 28 de dezembro de 2023, o tratamento mencionado no inc. VIII do artigo 2º do mesmo diploma legal, no que se refere aos serviços correlatos de atendimento terapêutico, no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, por meio da Unidade de Acolhimento Residencial Terapêutico Transitório – UARTT, destinada para pessoas com necessidades relacionadas à dependência química em cenas abertas de uso, e que tem as seguintes características.

I - A UARTT é um serviço médico, que congrega tratamento multiprofissional especializado e acolhimento residencial, voltado para pessoas acima de 18 anos que façam uso prejudicial de álcool e outras drogas e estejam em situação de vulnerabilidade ou risco social, da região central do município de São Paulo.

II - A UARTT compõe o Complexo de Cuidados às Pessoas com Necessidades Relacionadas à Dependência Química em Cenas Abertas de Uso (CCDQ), da Coordenadoria de Serviços de Saúde, oferecendo tratamento em regime de acolhimento transitório para adultos com necessidades relacionadas à dependência química, em situação de vulnerabilidade social dela decorrente.

III – A UARTT se caracteriza por ser um serviço que permite associar ao tratamento especializado em dependência química, a oferta de moradia provisória, com base em Projetos Terapêuticos individuais centrados não somente na desintoxicação, como também na reabilitação psicossocial, oferecendo, assim, oportunidades concretas para a emancipação da situação de rua e reestabelecimento, sempre que possível, de vínculos familiares;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para os fins desta Resolução, considera-se beneficiária a pessoa que está sendo atendida pela Rede de Atenção Psicossocial - RAPS do Sistema Único de Saúde - SUS.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A UARTT integrará a rede de atendimento às pessoas com transtornos relacionados ao crack, álcool e outras drogas, em cenas abertas de uso e se constituirá como mais uma possibilidade de tratamento no rol de dispositivos ofertados pelas equipes de saúde, de acordo com o perfil de cada beneficiário, visando à reinserção social e a reabilitação psicossocial.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A UARTT atuará de maneira complementar e não substitui as outras formas de atendimento já ofertadas pela RAPS, regulamentadas em legislações específicas.

Art. 2º - A UARTT funcionará nas 24 (vinte e quatro) horas do dia e nos 7 (sete) dias da semana e contará com equipe multiprofissional especializada no tratamento dos transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas (SPAs), devendo contar com técnicos de nível superior e médio em quantitativo suficiente para o atendimento de saúde aos acolhidos, pertencentes às seguintes categorias profissionais:

I - assistente social;

II - educador físico;

III - enfermeiro;

IV - médico;

V - psicólogo;

VI - terapeuta ocupacional;

VII - outros profissionais de nível médio.

Art. 3º - O público-alvo da UARTT é constituído por pessoas com 18 anos ou mais que:

I - tenham problemas relacionados ao consumo de crack, álcool e outras substâncias psicoativas, cujos diagnósticos psiquiátricos estejam incluídos no grupo F10 a F19;

II - vivenciem situação de risco e vulnerabilidade social em decorrência do quadro de dependência química;

III - desejem voluntariamente se engajar em um processo de cuidado voltado para a abstinência e que possam se beneficiar de mudança de ambiente para um local mais protegido em relação ao uso de substâncias psicoativas;

IV – tenham passado por um período de desintoxicação em ambiente hospitalar ou estejam em tratamento em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS AD - do município, e desejem dar continuidade à desintoxicação em um ambiente protegido;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em observância ao disposto no § 1º do art. 26-A da Lei federal nº. 11.343, de 23 de agosto de 2006, com as alterações introduzidas pela Lei federal nº. 13.840, de 5 de junho de 2019, não são elegíveis para acolhimento pessoas com comprometimentos biológicos e psicológicos de natureza grave que mereçam atenção médico-hospitalar contínua ou de emergência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No momento da admissão o beneficiário deverá ser informado de seus direitos e obrigações, bem como das características e regras do serviço, os objetivos do tratamento, expectativas de resultado e do período de permanência de até 90 (noventa) dias, com possibilidade de prorrogação por mais 30 (trinta) dias, conforme o desejo do acolhido, e a avaliação da equipe técnica da Unidade e das equipes da RAPS loco regionais por ele responsáveis.

Art. 4º - São objetivos da UARTT:

I – ofertar cuidado em saúde e garantir a articulação com a rede de saúde e socioassistencial, do território do acolhido;

II - ofertar cuidados em saúde de baixa complexidade;

III – reduzir, através da desintoxicação, o risco de retorno precoce ao uso de substâncias psicoativas;

IV - possibilitar a aquisição de experiência de um estilo de vida mais saudável, incluindo boa nutrição, rotina estável de sono e engajamento no autocuidado;

V - oportunizar o desenvolvimento de habilidades para lidar com os problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, identificando fatores de risco e proteção, assim como os gatilhos envolvidos nos lapsos e recaídas;

VI - promover a melhoria das condições de saúde dos beneficiários, bem possibilitar e incentivar o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários;

VII - apoiar o beneficiário na construção de sua autonomia, e contribuir para a articulação com as redes de serviços de saúde, assistência social, direitos humanos, educação e trabalho;

Art. 5º - São diretrizes do cuidado em saúde ofertado na UARTT:

I - garantir a voluntariedade de adesão e a possibilidade de desistir do tratamento a qualquer momento;

II - ofertar cuidado humanizado por equipe multidisciplinar especializada, sendo assegurado aos beneficiários o respeito integral aos seus direitos, sua integridade física, confidencialidade e bem-estar psíquico e emocional;

III - elaborar “Projeto Terapêutico Singular” com observância da individualidade de cada beneficiário, com planos e metas realistas que reflitam suas necessidades, demandas e potencialidades, e que sejam suficientemente flexíveis para se adaptar ao seu processo;

IV - articular-se com outros pontos da rede intersetorial e da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, tais como Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Unidade Básica de Saúde - UBS, Unidade de Acolhimento - UA, Unidade de Pronto-Atendimento - UPA, hospitais, equipamentos ligados à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, ao Fundo Social e quaisquer outros equipamentos que se conectem e promovam assistência integral, a reinserção social e a reabilitação psicossocial;

V - promover o fortalecimento dos vínculos familiares desde o início do acolhimento, com planejamento claro das visitas e acesso aos meios de comunicação;

VI - proporcionar ambiente acolhedor e protegido de álcool e outras drogas;

VII - fomentar a boa convivência e a não discriminação entre os beneficiários.

Art. 6º - A admissão do beneficiário na UARTT será realizada por referenciamento dos dispositivos da RAPS e será avaliada pela equipe técnica após encaminhamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Toda a admissão na UARTT deve ser comunicada em até sete dias à RAPS locoregional do acolhido, por meio de sua articulação de saúde mental, o CAPS AD de referência e a rede familiar, quando houver.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O “Projeto Terapêutico Singular” será formulado no âmbito da Unidade de Acolhimento com a participação do Centro de Atenção Psicossocial, e demais atores da rede de apoio do acolhido que favoreçam a reinserção social e a reabilitação psicossocial, devendo-se observar calendário de reuniões de rotina com os serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos em que a UARTT se encontre em local distante dos dispositivos da RAPS do acolhido, o acompanhamento durante o período de tratamento para fins do planejamento do “Projeto Terapêutico Singular”, deverá ser realizado por meio do uso de tecnologias, como telemedicina e plataformas de comunicação digital entre os serviços e equipes.

Art. 7º - É condição necessária para admissão na UARTT a apresentação de Termo de Consentimento do beneficiário para acolhimento no serviço, voluntariamente assinado, no qual deverão constar todas as informações sobre o tratamento e sobre os procedimentos e encaminhamentos a serem realizados em caso de desistência ou alta do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica expressamente proibida a internação involuntária na UARTT.

Art. 8º - As intervenções terapêuticas na UARTT compreenderão atividades individuais e coletivas de apoio psicossocial que contribuam para a aquisição de novas habilidades para o cotidiano e visem à reinserção social, a reabilitação psicossocial e à construção da autonomia, incluindo:

I – atendimentos coletivos e individuais, com equipe médica e equipe multidisciplinar;

II - suporte farmacológico;

III - atendimentos familiares e grupos de famílias;

IV - saídas individuais periódicas, de acordo com o “Projeto Terapêutico Singular – PTS”, e saídas coletivas;

V - períodos de descanso e lazer;

VI - assembleias para discussão e deliberação de questões relacionadas à convivência coletiva;

VII - atendimento com base nas melhores práticas de recuperação e reabilitação da saúde física e mental, baseadas em evidências;

VIII - utilização de recursos do território e articulação intersetorial visando o fortalecimento de vínculos comunitários dos acolhidos;

IX - grupos de ajuda mútua e de prevenção de recaídas;

X - atividades físicas e “Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PICS”;

XI - atividades com ações intersetoriais articuladas e direcionadas à moradia, cultura, esporte, lazer e inserção no mundo do trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não serão utilizadas - em nenhuma hipótese - técnicas punitivas, restritivas ou qualquer outra intervenção que comprometa a segurança ou dignidade individual dos acolhidos.

Art. 9º - A UARTT deverá ser monitorada e avaliada por meio de indicadores assistenciais a serem definidos pela Secretaria da Saúde – SES, com base nos seguintes norteadores:

I - reabilitação psicossocial e reinserção social;

II - atenção à gestão compartilhada e corresponsabilização pelos “Projeto Terapêutico Singular – PTS”, entre os dispositivos da RAPS loco regional do acolhido.

Art. 10º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Este documento pode ser verificado pelo código

2025.03.27.1.1.36.1.220.977569

em <https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade>